

CITAÇÃO

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores

Vara de Família e Menores de Lisboa

Juiz: Dr. António Ribeiro

Autor / Requerente: João Silva, menor, representado por Maria Silva, residente em Rua da Liberdade, 45, 1.º Dto., 1150-067 Lisboa, NIF 123 456 789.

Réus / Requeridos:

Réu	NIF	Sede / Morada
Associação Casa da Juventude, Lda.	504 321 987	Avenida da República, 120, 3.º Esq., 1050-162 Lisboa
Carlos Mendes	219 876 543	Rua de São Bento, 22, 2.º Dt., 4000-123 Porto

Mandatários: Dr. Luís Costa (OAB 12345) – escritório na Av. da Liberdade, 200, 4.º Esq., 1250-140 Lisboa; Dra. Sofia Almeida (OAB 67890) – escritório na Rua de Sá da Bandeira, 15, 1.º Esq., 1200-395 Lisboa.

Lisboa, 15 de março de 2024

I – RELATO DOS FACTOS

1. Foi proposta ação civil e penal contra a **Associação Casa da Juventude, Lda.**, e contra o seu ex-diretor **Carlos Mendes**, por suposto abuso sexual continuado de menores, praticado entre os anos de 2015 e 2020, bem como por incumprimento da obrigação legal de vigilância e proteção de menores, nos termos do artigo 157.º do Código Penal e dos artigos 1.º e 2.º do Código de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.
2. O requerente, **João Silva**, menor, foi representado pela sua mãe, **Maria Silva**, que apresentou a presente ação na Vara de Família e Menores de Lisboa, requerendo tutela de urgência, produção de provas periciais, indemnização por danos morais e patrimoniais e a abertura de investigação criminal.

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente citação funda-se nos artigos 222.º a 226.º do Código de Processo Civil, bem como nos artigos 31.º e 32.º do Código de Processo Penal, que preveem a necessidade de notificação dos réus para que apresentem contestação no prazo legal, sob pena de revelia e confissão ficta.

III – CITAÇÃO

CITA-SE a **Associação Casa da Juventude, Lda.**, e o **Sr. Carlos Mendes**, a comparecerem perante a **Vara de Família e Menores de Lisboa**, nos termos do disposto nos artigos 222.º e 223.º do CPC, para:

1. **Apresentar contestação** à ação proposta, no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da data da entrega desta citação, nos termos do artigo 562.º do CPC;
2. **Requerer a produção de prova** que entenderem necessária, nos termos do artigo 565.º do CPC;
3. **Exercer o direito de defesa**, nos termos do artigo 20.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 2.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

IV – PRAZO E CONSEQUÊNCIAS DA INCOMPARÊNCIA

O prazo de 20 (vinte) dias úteis tem início a contar do dia seguinte à notificação efetiva da presente citação. Caso os réus não apresentem contestação dentro do prazo referido, será decretada a **revelia** e a **confissão ficta** quanto aos factos alegados pelo autor, nos termos do artigo 562.º, n.º 2, do CPC, bem como poderão ser aplicadas as sanções previstas no artigo 71.º do CPC.

V – INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO

1. A contestação deverá ser apresentada em **duas vias**, devidamente assinada e acompanhada dos documentos que os réus pretendam produzir em prova, nos termos do artigo 562.º, n.º 2, do CPC.
2. As vias deverão ser entregues na secretaria da **Vara de Família e Menores de Lisboa**, situada no **Palácio da Justiça, Rua da Prata, 50, 1100-420 Lisboa**, ou enviadas por correio certificado com aviso de receção, para o mesmo endereço.
3. Caso a contestação seja apresentada por advogado, esta deverá conter a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados, bem como o número de identificação da procuração outorgada, nos termos do artigo 21.º do CPC.

VI – NOTIFICAÇÃO

A presente citação será **entregue pessoalmente** ao representante legal da **Associação Casa da Juventude, Lda.**, e ao próprio **Sr. Carlos Mendes**, mediante assinatura no recibo de entrega, ou, alternativamente, será enviada por carta registada com aviso de receção para os endereços acima indicados, conforme previsto nos artigos 225.º e 226.º do CPC.

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Os réus ficam informados de que, nos termos do artigo 22.º do CPC, a falta de contestação dentro do prazo legal implicará a presunção de veracidade dos factos articulados na petição inicial, sem prejuízo da apreciação posterior de prova pericial ou testemunhal que se revele necessária.
2. Fica facultado aos réus, a qualquer momento, requerer a juntada de documentos suplementares ou a prática de atos de produção de prova, nos termos dos artigos 564.º e 565.º do CPC, devendo, para tal, apresentar o respectivo pedido motivado à secretaria da Vara.

Lisboa, 15 de março de 2024

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Dr. António Ribeiro

Secretária da Vara

Observação: Esta citação deverá ser cumprida nos termos da Lei n.º 84/98, de 26 de Julho, que regula o processo penal, e do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 10 de Julho, que aprova o Código de Processo Civil.